

APRESENTAÇÃO DA NOÇÃO DE "TEMPO DURAÇÃO" EM REFUTAÇÃO AO "TEMPO DOS INSTANTES"

Karine Krewer
Mestranda PPGECCO/UFMT
krewerkarine@gmail.com

Dr. Walter Gomide do Nascimento Júnior
Orientador PPGECCO - UFMT
waltergomide@yahoo.com

O TEMPO COMO DURAÇÃO

O filósofo francês Henri Bergson discute em sua obra *Duração e Simultaneidade* uma noção de tempo sustentada pela experiência análoga ao fluxo interno de nossa consciência, alicerçada na faculdade da memória.

Bergson procurou entender e analisar a noção de tempo de Einstein e da Teoria da Relatividade Geral e Restrita e percebeu que o tempo científico tinha um aspecto de “impessoalidade”, assim como o do senso comum, e possui na base de seus argumentos e crenças a idéia de que “todas as consciências humanas são da mesma natureza, percebem da mesma maneira, de certa forma andam no mesmo passo e vivem a mesma duração”[BERGSON, 2006: 54].

A ciência, segundo Bergson, assumiu o compromisso de apresentar fielmente a realidade do mundo através de seus procedimentos. Contudo, Bergson descobriu que o mundo admitido pela ciência é adaptado aos seus procedimentos para que possa ser estudado, ao invés de seus procedimentos se adaptarem á realidade do mundo. Uma das questões explícitas com relação á essa afirmação é justamente a questão do tempo.

A faculdade da inteligência e o raciocínio procuram, através do método analítico, medir a passagem do tempo e, desta forma, tomam-no como uma grandeza a ser medida, como uma extensão a ser mensurada. Surge então a pergunta: é o tempo uma grandeza a ser medida? É exatamente aos procedimentos da medição científica que Bergson lançou sua resposta, afirmando que o tempo não pode ser medido, pois a mensurabilidade destina-se aos deslocamentos dos corpos

no “espaço”; medir o tempo, portanto, é medir o espaço, e assim atribuímos unidades de medidas ao tempo em estrita analogia ao que fazemos quando mensuramos grandezas espaciais. O tempo bergsoniano é o “desenrolar” e o espaço é o “desenrolado”[BERGSON, 2006: 58]. Medir o tempo com as regras das unidades de medidas das grandezas é uma prática da ciência, logo, uma convenção; é atribuir ao tempo as características próprias do espaço. “O tempo que dura não é mensurável” [BERGSON, 2006: 57].

Como Bergson chega a essas conclusões? Qual é então a noção de tempo bergsoniana? O tempo definido por Henri Bergson corresponde ao fluxo de nossa consciência. “Não há dúvida de que o tempo, para nós, confunde-se inicialmente com a continuidade de nossa vida interior” [BERGSON, 2006: 51]. O tempo é um fluxo, uma passagem, um escoamento, uma continuidade. A experiência humana com o tempo é naturalmente entendida como uma duração.

Bergson acreditava no grande poder da faculdade da intuição[THONNARD, 1968: 921]¹ que alcança a realidade pelo lado de dentro assim como na metáfora da “melodia”[BERGSON, 2006: 51], com a qual podemos acessar a realidade do mundo e a fluidez do tempo. Uma fluidez que quase coincide com a fluidez da melodia que percebemos de olhos fechados, a melodia interior do fluxo de nossa consciência, seu escoamento, sua passagem, sua continuidade.

O que é essa continuidade? A de um escoamento ou de uma passagem, mas de um escoamento e de uma passagem que se bastam a si mesmos, uma vez que o escoamento não implica uma coisa que se escoar e a passagem não pressupõe estados pelos quais se passa: a *coisa* e o *estado* não são mais que instantâneos da transição artificialmente captados; e essa transição, a única que é naturalmente experimentada, é a própria duração. [BERGSON, 2006: 51].

Essa continuidade que não é acessível por meio dos procedimentos objetivos da ciência. Essa continuidade é o tempo bergsoniano que é essencialmente “subjetivo”.

A transição que Bergson se refere é a continuidade temporal. A transição é a marca do desenrolar. A continuidade é o prolongamento do que já passou no que está se desenrolando. Esse prolongamento só é permitido pela presença da faculdade da memória, pois, sem a memória, não teríamos como identificar o antes e não entenderíamos o agora; tampouco esperaríamos o depois. A memória é a fonte gerenciadora da experiência humana com o tempo e, segundo Bergson é a partir da memória que devemos estudá-lo e defini-la.

Assim como Bergson, Agostinho se debruçou sobre a faculdade da memória para pensar o tempo, e são inúmeras as simetrias² dos pensamentos de Bergson e de Agostinho. Ambos procuram

responder aos seus interlocutores contemporâneos; ambos entendiam que a divisão do tempo em três partes,- passado, presente e futuro -, só seria aceitável se fosse o presente tomado como referencial, onde as outras duas partes do tempo se mantêm ligadas, dando ao presente o caráter de “núcleo central temporal”;e principalmente, ambos entendiam o tempo como algo oposto á exterioridade objetiva, de modo que o tempo era essencialmente subjetivo. Nesse aspecto de oposição á objetividade do tempo em Bergson e Agostinho, trago a referência de Fábio Correia:

“...o problema do tempo, tanto para Agostinho quanto para Bergson é um problema de conhecimento e não ontológico. Isto é, o tempo não é um “ser” existente e independentemente da existência humana, fora dele, mas ao contrário, só pode ser encontrado em sua consciência” [CORREIA, 2009: 18].

O medieval Agostinho e o contemporâneo Bergson possuíam o entendimento de que a questão do tempo é uma questão epistemológica, ou seja, a Teoria do Conhecimento poderia responder com mais propriedade esta questão.

A SOLIDARIEDADE ININTERRUPTA

O modo como Henri Bergson entende a configuração dos instantes reforça sua tese de combate ao tempo objetivo, impessoal, universal e absoluto. Admitir os instantes de modo isolado é tomá-los como “puros instantâneos que aparecem e desaparecem num presente que renasceria incessantemente” [BERGSON, 2006: 51]. Bergson buscou garantir que através da memória ocorre o prolongamento e a continuidade do antes no depois, impedindo que o momento inicial e o momento posterior, sejam entendidos isoladamente e independentemente. O antes não é um instante puro que nasce e imediatamente morre, sem deixar resíduo, conteúdo algum no depois. Mesmo que Bergson defenda que cada instante é único e novo, este sempre carregada atrás de si o conteúdo já vivido.

A memória aqui é tomada como base elementar para fazer a ligação entre os dois pontos, caso se objetasse para um aspecto pessoal de cada consciência. Bergson refuta o aspecto antropomórfico [BERGSON, 2006: 56] dado à memória ou aquilo que poderia ser visto como pessoalidade, dizendo que se pudéssemos conceber o primeiro instante do desenrolar do universo e seu instante imediatamente sucessivo, - momento este totalmente desprovido de consciência -, ainda assim pressuporíamos uma memória, pois o instante posterior se desdobrou necessariamente do que

ocorreu no instante inicial e assim ocorre uma ordem nesse desenrolar. Mais uma vez é o presente que permite a possibilidade de base inicial para o passado e de condição para o contínuo daquilo que está por vir. Bergson defende ainda, que mesmo que não seja levado do passado seu conteúdo inteiro, ou seja, que este não seja armazenado inteiramente, ele prolonga parcialmente seu compósito no instante posterior, único e completamente novo. Este é o ordenamento da duração, como apresentado por Bergson:

“Pode-se conceder a essa memória o estritamente necessário para fazer a ligação; será, se quiserem, essa própria ligação prolongamento do antes no depois imediato com um esquecimento perpetuamente renovado do que não for o momento imediatamente anterior. Nem por isso se terá deixado de introduzir a memória. A bem dizer, é impossível distinguir entre a duração por mais curta que seja, que separa dois instantes e uma memória que os ligasse entre si, pois a duração é essencialmente uma continuação do que não é mais no que é” [BERGSON, 2006: 57].

O esquecimento perpétuo e o renovado único e original são características que permitem o traço-de-união, pelo fato de não levar do passado seu conteúdo todo e assim esgotar o presente, permitindo a abertura para uma experiência totalmente nova. O fio condutor que os liga é a chance da memória relembrar e presentificar o passado, que já não existe mais.

Os instantes configurados desta maneira são interconectados, interpenetrados e interdependentes, porque possuem a solidariedade que os mantêm, impedindo que sejam então divididos, fracionados e concebidos como isolados. Assim como a melodia que não se parte, Bergson apresenta outra importante metáfora para exprimir a melodia, a da “chama”, que mesmo atravessada por uma lâmina, não se parte; “quando tentamos cortá-la, é como se passássemos bruscamente uma lâmina através de uma chama: dividimos apenas o espaço ocupado por ela” [BERGSON, 2006: 58]. Assim Bergson afirma:

Mas, quando se trata do tempo, só é possível contar as extremidades: será simplesmente uma *convenção* dizer que desse modo mediu-se o intervalo. Se, todavia, observamos que a ciência opera exclusivamente com medidas, percebemos que no que concerne ao tempo a ciência conta instantes, anota simultaneidades, mas continua sem domínio sobre o que se passa nos intervalos [BERGSON, 2006: 67-68].

Anotar instantes é tomá-los justapostos, como pontos geométricos inseridos numa reta linear, pontos isolados e independentes entre si; anotar simultaneidades é correlacionar o

deslocamento de um corpo no espaço ao deslocamento angular do pino de um relógio em uma circunferência.

O PRINCÍPIO DE NÃO-CONTRADIÇÃO E O TEMPO.

O princípio de não contradição, como usualmente formulado (um objeto não pode, em um mesmo instante, ter duas propriedades contraditórias), só é válido sob a consideração de instantes isolados, justapostos e desconectados entre si. Entretanto, se o tempo não é um apanhado de partículas fragmentadas de tempo e sim um contínuo temporal como o fluxo indiviso apresentado, como fica o princípio de não contradição?

O princípio de não-contradição pressupõe que os objetos possam ser “paralisados” em momentos; estes, por sua vez, seriam “pinçados” de um fluxo temporal contínuo: é neste instante fotográfico, retirado do contínuo temporal, que a interdição dada pelo princípio de não-contradição se faz de forma veemente. No entanto, uma vez que a impossibilidade de atribuição simultânea de contraditórios se fundamente na noção de instante isolado, então nada garante que tal princípio continue com sua força coercitiva intacta em um domínio temporal não fragmentável em instantes isolados; um domínio desta natureza, como facilmente se verifica, poderia ser o próprio fluxo da consciência: no tempo duração bergsoniano, pode-se perfeitamente postular a vivência de estados de coisas contraditórios, como a atribuição simultânea de propriedades contraditórias a um objeto. Discutir sobre tal atenuação do princípio de não-contradição em domínios temporais e contínuos é a proposta do trabalho a ser apresentado.

¹ CORREIA, Fábio J. B. *O problema do tempo, no pensamento de Agostinho de Hipona e Henri Bergson*. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2009. Com relação aos pontos congruentes dos quais chamo aqui de simetrias entre o pensamento de Agostinho e Bergson ver importante pesquisa do professor Fábio José Barbosa Correia.

² Apud, CORREIA, 2009: 43.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*; trad. Da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi; revisão da tradução e tradução de novos textos Ivone Castilho Benedetti – 4ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- AGOSTINHO. *Confissões*. Vida e obra. Editora Nova Cultural Ltda.: São Paulo, 2000.
- ARISTÓTELES. *Tópicos*; Vida e obra. Tradução Leonel Vallandro e Gerd Bornhem da versão inglesa de W. A. Pickard – Cambridge. Editora Nova Cultural Ltda.: São Paulo, 1973.
- BERGSON, Henri. *Duração e simultaneidade: a propósito da teoria de Einstein*/ tradução Cláudia Berliner; - São Paulo.
- BOLZANO, Bernard. *Paradoxes de l'infini*. Trad. Francesa da obra L'introduction et les notes de Hourya Sinaceur. Paris, France: Éditions du Seuil, 1993.
- CORREIA, Fábio José Barbosa. *O problema do tempo: no pensamento de Agostinho de Hipona e Henri Bergson*. Recife: Fundação Antonio dos Santos Abranches, 2009.
- FOLSCHEID, Dominique. WUNINBURGER, Jean-Jacques; *Metodologia filosófica*. Tradução: Paulo Neves. – São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MORTARI, Cezar A *Introdução a Lógica*. – São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2001.